



Assentamento Piraputanga (Diamantino-MT): perspectivas, desafios e a relevância da Previdência Social Rural (PSR)

Wellington da Silva Andrade¹

José Roberto Rambo²

Flaviana Cavalcanti da Silva³

Ana Heloisa Maia²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender como as práticas socioespaciais tipicamente rurais perpetuam - se no espaço urbano de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, dando enfoque, para a produção agrícola e para outras ruralidades encontradas no cotidiano da população citadina, que refletem na produção do espaço na referida cidade. A partir de metodologias como a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e observação participante, notou-se que a cidade de Martinópolis carrega fortes resquícios identitários do modo de vida rural na sua conformação socioespacial urbana, seja por meio da produção de alimentos em pequenos espaços dispostos no interior da cidade, seja pela manutenção de costumes e tradições rurais no cotidiano da população urbana. Diante dessa constatação, destaca-se o papel do processo de formação desse município na permanência dessas ruralidades, uma vez que ele se encontra intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da agropecuária, onde a concretização dessas atividades se dava nos bairros rurais locais.

Palavras-chave: Ruralidades; Agricultura urbana; Rural; Espaço Urbano; Martinópolis.

Ruralities in urban space: the rural way of life in urban spatial practices in Martinópolis (SP)

Abstract: This article aims to understand how typically rural socio-spatial practices are perpetuated in the urban space of Martinópolis, located in the extreme west of the State of São Paulo, focusing on agricultural production and other ruralities found in the daily life of the city population, that reflect on the production of space in that city. From methodologies such as the application of questionnaires, semi-structured interviews and participant observation, it was noted that the city of Martinópolis carries strong identity remnants of the rural way of life in its urban socio-spatial conformation, whether through the production of food in small spaces arranged in the interior of the city, or by maintaining rural customs and traditions in the daily life of the urban population. In view of this finding, the role of the formation process of this municipality in the permanence of these ruralities is highlighted, since it is intrinsically linked to the development of agriculture, where the implementation of these activities took place in the local rural neighborhoods.

Keywords: Ruralities; Urban Agriculture; Rural; Urban space; Martinópolis.

¹Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat.

²Docentes no Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat (Câmpus de Tangará da Serra).

³Professora Assistente na Unesp (Câmpus de Ilha Solteira). Autora correspondente: flaviana.cavalcanti@unesp.br

Introdução

A agricultura familiar configura segmento social, cujas características principais relacionam-se com a pequena propriedade rural, onde as decisões, a gerência, o trabalho e o capital estão alicerçados na família; aspectos esses que, inclusive, estão previstos na Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006). No Brasil, a agricultura familiar representa 76,8% dos estabelecimentos agropecuários, são mais de **3,8 milhões de estabelecimentos, abrangendo** 23% do total de terras ocupada com a atividade agropecuária. A importância do segmento também fica evidente, quando se analisa o seu potencial em absorver mão de obra, uma vez que é responsável por ocupar aproximadamente 10,1 milhões de pessoas, o que perfaz 67% da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2021)

Uma das vias de ocupação de territórios que se sobressai, a partir da ótica do desenvolvimento rural sustentável, converge para a agricultura familiar, que busca, em suas lutas, concentrar esforços em suas estratégias de reprodução socioeconômica, dentro de um contexto que seja possível viver e trabalhar dignamente, mantendo a memória da família e transmitindo sua essência para as gerações futuras (SACHS, 2001; WANDERLEY, 2001).

A diversidade, característica da agricultura familiar, remete a diferentes sistemas de produção, ocupações, formas de obtenção de renda, entre outras condições, fazendo com que grupos sociais heterogêneos se organizem em prol da elaboração de mecanismos para distribuição dos recursos, o que exige cooperação, instrumentos eficientes e controle (SCHNEIDER, 2010).

Além de todo o potencial que a caracteriza, é importante que as análises pautadas na agricultura familiar se voltem também para os desafios com os quais essa (ainda) se depara, como aqueles comumente observados nos assentamentos rurais, tendo-se em vista a relevância dos espaços de reforma agrária como palcos (também) de resistência desse segmento social.

Os assentamentos rurais, em muitas situações, seguem permeados de dificuldades, que geram entraves às famílias agricultoras, as quais vivem e trabalham em tais espaços. Dentre outras, essas dificuldades incluem a falta de serviços de assistência e extensão rural, infraestrutura precária, entraves ligados à produção, comercialização e logística dos bens produzidos nesses locais, bem como, as expressivas limitações concernentes ao acesso a serviços básicos (como saúde, educação, saneamento e fornecimento de água e energia elétrica) (CASTRO *et al.*, 2013, ANTUNES JUNIOR *et al.*, 2020). O processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas, que visem responder às necessidades da agricultura familiar e viabilizar a superação dessas limitações, deve ser orientado (também) por estudos que permitam o re(conhecimento) das realidades vivenciadas pelas famílias assentadas.

Entre os desafios que permeiam o campo, um deles refere-se à tendência de que os jovens não permaneçam no meio rural, contribuindo para o

envelhecimento social do segmento da agricultura familiar (PUNTEL *et al.* 2011; CASTRO *et al.*, 2013; BREITENBACH; CORAZZA, 2019), de modo a repercutir nas estratégias de (re)produção dos assentamentos rurais. A incerteza da continuidade das atividades e das unidades rurais familiares, mediante a tendência dos sucessores não se manterem no campo (GALIZA; VALADARES, 2016; BREITENBACH; CORAZZA, 2019), realça a importância da aposentadoria rural para que a população do campo possa ter uma vida digna, contribuindo para a viabilidade de sua permanência no espaço rural (GODOY *et al.*, 2010).

A Previdência Social Rural (PSR) se destaca como uma das mais importantes políticas públicas de seguridade social do Brasil promovida pelo Estado, por ser indiferente à renda ou ao estrato social, gerando resultados socioeconômicos positivos principalmente no meio rural (BITENCOURT; DALTO, 2016). A PSR é uma política fundamental para o bem-estar das famílias/idosos que vivem no campo, tende a proporcionar estabilização dos rendimentos familiares, assim como, a diminuição do número de famílias que são consideradas pobres, favorece a reprodução econômica e social como estratégia em prol de uma vida digna, viabilizando a manutenção do estabelecimento e da família rural (DELGADO, 2015). Em muitos casos, é justamente a renda oriunda de atividades não-agrícolas e/ou de transferências públicas (aposentadorias, pensões, etc.), que proporciona a manutenção das atividades na pequena propriedade rural familiar, assim como, a permanência no campo (DELGADO; CARDOSO, 1999).

Em face de tais aspectos, a relevância de estudos pautados em análises que busquem avaliar a repercussão de uma das principais políticas públicas concebidas para a população rural, a Previdência Social Rural, ganha especial relevo, considerando-se, ainda, a escassez de trabalhos focados em tal política.

Diante das questões colocadas, este trabalho se volta para a análise dos perfis socioeconômicos-produtivos e das condições de vida das famílias pertencentes ao Assentamento Piraputanga em Diamantino – MT, com vistas à ampliação da compreensão acerca das potencialidades e dos desafios que permeiam esse espaço, dando-se especial ênfase às questões que envolvem a repercussão da Previdência Social Rural, no contexto das famílias do assentamento em questão. Este trabalho respalda-se na visão sustentada por Antunes Junior *et al.* (2020), a qual traduz a necessidade das pesquisas acadêmicas buscarem respostas acerca das realidades dos assentamentos rurais, com esforços para elucidar seus entraves, desafios, suas produções e potencialidades.

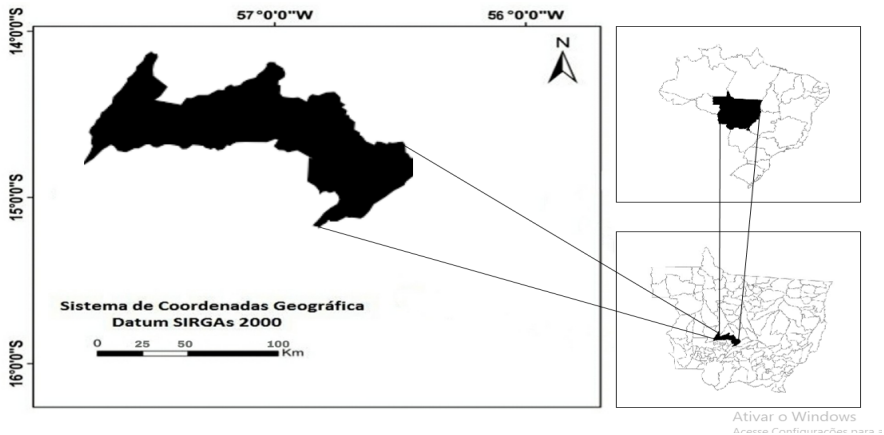
Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Piraputanga, localizado no Município de Diamantino (MT). Esse está situado a cerca de 200 km da capital do estado (Cuiabá) e pertence à mesorregião do Norte Mato-grossense e à Microrregião de Parecis (esta inclui, também, os seguintes municípios: Campo

Novo do Parecis; Campos de Júlio; Comodoro e Sapezal).

De acordo com dados do último Censo Demográfico, o município de Diamantino compreende 21.941 habitantes (IBGE, 2023), o salário médio, observado para os seus trabalhadores formais, corresponde a 2,6 salários-mínimos e seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é considerado *alto* (0,718), entretanto, inferior à média do estado (0,725) (IBGE 2018; 2020; 2023). O município mantém a agropecuária como a sua principal atividade econômica, sendo a agricultura familiar o principal segmento, em termos de frequência; esse abrange, aproximadamente, 66% dos estabelecimentos agropecuários de Diamantino, segundo dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2021).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Diamantino, estado de Mato Grosso, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com dados do INCRA (2019), o Assentamento Piraputanga, criado em 1995, é distante 30 quilômetros da sede do município de Diamantino, abrange uma área de 900 hectares e compreende nove famílias. A princípio, a presente pesquisa pretendia abarcar essa totalidade, entretanto, diante da impossibilidade de contatar duas famílias, este estudo está focado em 07 (sete) famílias, que juntas totalizam 15 (quinze) moradores.

Em face dos objetivos aqui propostos, lançou-se mão de uma abordagem predominantemente qualitativa, que dialoga com noções defendidas por Richardson (1999). Segundo tal autor, o objetivo da pesquisa qualitativa fundamenta-se “no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno” (RICHARDSON, 1999, p. 02).

Para garantir uma interação mais ampla e dinâmica, bem como um intercâmbio de experiências mais efetivo entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, foram adotados métodos que convergem para ferramentas de DRP - Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2010), tendo-se na entrevista semiestruturada a principal técnica empregada no processo coleta de dados.

A pesquisa de campo contemplou três visitas *in loco*, realizadas durante o primeiro semestre de 2019. Foi empregado, também, durante o levantamento, um formulário semiestruturado, direcionado aos moradores do Assentamento Piraputanga. Esse compreendia perguntas abertas e fechadas, a fim de se traçar um perfil geral do público pesquisado, com a abordagem dos pontos específicos de interesse da pesquisa. Como instrumento auxiliar, utilizou-se, também, um caderno de campo para coletar informações secundárias, obtidas por meio das observações (PÁDUA, 2004).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados durante a pesquisa de campo permitiram obter informações sobre sexo, idade, escolaridade, tempo de exercício em atividades agropecuárias, tempo de residência no assentamento, ocupação, condições de infraestrutura da propriedade e da moradia, atividades agropecuárias exploradas, aspectos da comercialização, acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural e a crédito rural, incluindo, ainda, a obtenção de renda agrícola e não agrícola, com especial ênfase na aposentadoria rural. Os elementos pertinentes a tais aspectos foram contextualizados e sistematizados e procedeu-se à análise e à discussão dos mesmos, a partir de conexões com a literatura focada nas temáticas aqui priorizadas, com vistas (também) à composição deste artigo.

Resultados e discussão

Breve contextualização sobre a conjuntura do assentamento e sua população

Ao adentrar a estrada de terra que dá acesso ao assentamento, pode-se observar, em ambos os lados, grandes propriedades próximas ao espaço de reforma agrária, evidenciando a disparidade de situações no contexto local. Um contraste que não é mera peculiaridade do município de Diamantino-MT, mas um paradoxo característico de muitas regiões que compõem o espaço rural brasileiro.

Gualda (2008) aborda os conflitos que permeiam a relação entre os segmentos contrastantes, que caracterizam tal realidade e pontua elementos do debate acerca da manutenção de ambos:

Cresce a cada dia a discussão sobre a incompatibilidade de coexistência na agricultura brasileira de dois modelos antagônicos: o familiar e o agro-exportador. O ponto central do dilema está na concepção de que a política agrícola necessária ao desenvolvimento de um segmento cria obstáculos ao crescimento do outro. Na visão dos representantes dos dois setores seria paradoxal a coexistências simultâneas dos mesmos, já que o incentivo a um dos segmentos comprometeria a sobrevivência ou

a competitividade e inserção internacional do outro (GUALDA, 2008, p.1).

No aspecto que tange à moradia, as casas do Assentamento Piraputanga são de alvenaria, dispõem de energia elétrica e de fontes de água e apresentam um certo padrão de conforto. O assentamento possui, também, uma área comum, dotada de um campo de futebol e uma igreja, além de um barracão. Esse possui um espaço amplo, onde são realizadas as confraternizações entre os moradores e pessoas advindas de outras localidades, que vão ao assentamento em datas comemorativas e em determinados eventos.

Apesar de dispor de tais estruturas, quando analisamos a infraestrutura do assentamento como um todo, nota-se a ausência de importantes equipamentos públicos, com ênfase em escola e posto de saúde. A ausência de tais estruturas configura em aspecto limitante para a comunidade local. O acesso a serviços essenciais torna-se ainda mais difícil, em decorrência da limitação de transporte, em face da necessidade de deslocamentos consideráveis, tendo-se em mente, ainda, que muitos dependem de terceiros para isso.

O Assentamento Piraputanga é constituído por uma população pequena (nove famílias), com predominância de pessoas idosas. Seus moradores sempre estiveram ligados à agricultura e os produtores residentes, há mais de 16 anos, produzem *de tudo um pouco*. Atualmente, 71,43% das famílias, que permanecem no assentamento fazem parte do projeto desde o seu momento inicial.

Por meio da Tabela 1, observa-se que o público idoso, formado por indivíduos com mais de 60 anos, corresponde a 86,7% da população estudada; nota-se, ainda, que há um relativo equilíbrio entre os gêneros. Verifica-se, também, o predomínio de um baixo nível de escolaridade entre os assentados, com preponderância daqueles que não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. Essa característica está associada, principalmente, à dificuldade dos moradores de estudarem, quando crianças, mediante à necessidade de trabalhar para ajudar os pais.

Tabela 1 - Faixa etária dos moradores do Assentamento Piraputanga, Diamantino-MT, 2019.

Faixa etária da população (%)	Gênero (%)
<30 anos= 0%	53,3 Feminino
31 a 40 anos= 13,3%	46,7% Masculino
41 a 50 anos= 0%	
51 a 60 anos= 0%	
>61 anos= 86,7%	

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)..

A partir dos dados mencionados, considerando-se a faixa etária predominante dos moradores e a escassez de jovens, nota-se a questão do *envelhecimento*, como uma das características que sobressai no projeto de reforma agrária estudado.

Com base nas situações observadas no assentamento, é possível inferir que não se trata de idosos em situação de abandono, pois os filhos sempre que podem, realizam visitas. Uma preocupação importante, concernente à questão do *envelhecimento*, relaciona-se com a redução da força de trabalho, em decorrência do avanço da idade do público pesquisado, somada à incerteza, por parte dos produtores/moradores, no que tange ao processo de sucessão familiar dentro do assentamento.

Essa breve descrição sobre a infraestrutura e a população do Assentamento Piraputanga evidencia questões importantes, que precisam ser colocadas em pauta, dentre as preocupações relativas à reprodução social neste espaço de reforma agrária. Nessa direção, a questão da evasão do público jovem se torna um ponto crucial, configurando-se como elemento importante, também, para o entendimento das transformações que vem ocorrendo no local.

Produção e comercialização no assentamento piraputanga

As principais culturas e criações exploradas pelas famílias do Assentamento Piraputanga estão elencadas na Tabela 2. Foi possível notar que as famílias possuem uma produção bastante diversificada. Esse é um traço marcante da agricultura familiar, que, muitas vezes, busca produzir um “pouco de tudo”, atendendo também (ou prioritariamente) às necessidades de consumo da família.

Schneider e Cassol (2014) sublinham o reconhecimento da marcante heterogeneidade social do segmento da agricultura familiar, nos últimos anos, bem como da sua diversidade econômica. Os autores citados chamam a atenção para as principais características desse grupo social: o trabalho realizado pelos membros da família, a produção destinada para o autoconsumo e para a comercialização e a vida em comunidades pequenas ou povoados.

Em momentos, nos quais há excedente de produção, é comum os produtores realizarem a comercialização dos produtos relacionados acima (mesmo que sazonalmente). As relações de troca e compartilhamento com os vizinhos, nestas situações, são comuns. A troca de gêneros alimentícios obtidos nos lotes, entre os moradores, é frequente e contribui para dinamizar as relações sociais no âmbito do assentamento e revelam estratégias que perpassam a lógica mercantil, no que tange ao acesso a bens de consumo, cuja importância se relaciona com a própria questão da segurança alimentar.

Tabela 2 - Principais cultivos e criações explorados no Assentamento Piraputanga, Diamantino-MT.

Cultivos	Nº de famílias
Hortalças	03
Café	01
Cana	01
Arroz	01
Mandioca	01
Milho	02
Banana	02
Criações	Nº de famílias:
Bovinos (leite)	02
Porcos	01
Galinhas	06

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

São comuns, também, algumas espécies frutíferas; o que inclui pés de acerola, jaboticaba, manga, caju e tamarindo, entre outros. São poucos pés distribuídos pelos lotes, mas que geram frutos, os quais são consumidos pelos moradores *in natura* e/ou são processados para a obtenção de polpas, a fim de viabilizar o consumo posteriormente, na forma de sucos e doces. Segundo Vieira e Lee (2009), as frutas dos quintais rurais contribuem efetivamente na alimentação das famílias, estabelecendo uma relação direta com a saúde e o bem-estar dessas pessoas; os autores narram, ainda, aspectos de cunho sociocultural, perceptíveis na esfera do assentamento, foco desse estudo:

Tão importante quanto as questões econômicas e práticas relacionadas aos quintais, é a sua representação como símbolo de identidade cultural. Esse espaço está engendrado na memória das famílias como local de acolhimento, de alegria, de prosa entre vizinhos, de reunião da família, de contato com a natureza e de descanso. É ali que se senta debaixo de uma sombra e se come uma fruta fresquinha, onde se tira um cochilo depois do almoço escutando os cantos dos passarinhos (VIEIRA e LEE, 2009, p. 14).

A limitação concernente à produção voltada para a comercialização se relaciona com as dificuldades referentes à escassez de mão-de-obra nos lotes, com a idade avançada dos produtores e com a precariedade em termos de respaldo, no que diz respeito a aspectos produtivos, financeiros e logístico. Concorde-se,

aqui, com Antunes Júnior *et al.* (2020), em relação à compreensão acerca do acesso a políticas públicas (como aquelas ligadas à assistência técnica e extensão rural, ao âmbito da produção e à comercialização), como elemento-chave, na luta pela permanência das famílias assentadas. O cenário observado durante a pesquisa de campo expressa (também) dificuldades do público assentando em acessar tais políticas públicas. Outro empecilho descrito pelos produtores do assentamento estudado refere-se à distância desse dos centros comerciais. Salienta-se que o local está a aproximadamente 30 Km do centro da cidade de Diamantino – MT (município onde está localizado o assentamento).

Os produtores do Assentamento Piraputanga sempre apresentaram baixa adesão a técnicas da agricultura empresarial, assim como demonstraram baixa inserção nas redes de comércio em Mato Grosso. Os principais canais de comercialização observados convergem para o mercado institucional (alguns produtores comercializam produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos–PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE), atravessadores e a comercialização direta ao consumidor e/ou ao mercado varejista. Porém, no momento em que se deu a pesquisa de campo, apenas 03 (três) famílias estavam destinando parte da produção à comercialização; nestes casos, tratavam-se de vendas diretas ao consumidor e/ou ao mercado varejista e, ainda assim, de forma sazonal e incerta.

No assentamento, há uma pequena agroindústria para a produção de farinha de mandioca; salienta-se que essa é utilizada, também, para moer milho destinado à alimentação animal. Tal infraestrutura dispõe, ainda, de um pequeno barracão para o depósito de insumos e armazenamento, principalmente, da produção da farinha de mandioca e dos grãos de milho.

No espaço reservado à associação dos produtores, quase não há mais reuniões, pois os assuntos costumam ser tratados diretamente entre os vizinhos. Quando ocorre reunião, a pauta costuma contemplar assuntos sobre as condições das estradas, agroindústria, igreja, limpeza dos canais fluviais, dentre outros. Poucos narraram sobre aspectos técnicos produtivos, o que está ligado à escassez de mão de obra e à redução da força de trabalho, aspectos limitantes no que tange à produção dentro assentamento (como já abordado), cuja superação ainda não é vislumbrada pela grande maioria das famílias.

A evasão de jovens no assentamento piraputanga

No momento da pesquisa de campo, observou-se que apenas duas famílias eram compostas, também, por membros não idosos, com idade entre 31 e 40 anos. Em um dos casos, a filha retornou à propriedade para cuidar dos pais e, no outro, o filho, técnico agrícola, atualmente, dedica-se ao tio, cuja condição requer cuidados. Puntel *et al.* (2011) observam a crescente repercussão da abordagem de aspectos tangentes ao êxodo e ao envelhecimento no campo; os autores

mencionam o aumento da expectativa de vida e a saída dos jovens do campo para o meio urbano, como fatores que têm contribuído para o envelhecimento da população rural.

Em estudo, realizado por Silva (2013), no Assentamento Piraputanga, verificou-se a presença de apenas um jovem; de acordo com o autor em questão,

Os mais jovens, embora partilhem aspectos das preocupações e ideias das gerações mais velhas, são parte de outro mundo, abrindo fissuras na coletividade. Há somente um jovem, Mailson, morando na comunidade, os outros passam temporadas. Os padrões de consumo, os anseios e o estilo de vida que adotam os fazem diferentes da geração anterior (SILVA, 2013, p. 90).

A evasão de jovens, que são descendentes dos produtores e que poderiam dar continuidade às atividades desenvolvidas nos lotes, apresenta relação com a ausência de uma escola no assentamento ou próxima a esse; situação enfatizada pelo público participante da pesquisa. Na análise proposta por Castro *et al.* (2013), são pontuadas evidências acerca da dificuldade dos jovens rurais em ter acesso à educação e à qualificação profissional, colaborando para que esses indivíduos apresentem nível de escolaridade inferior aos jovens do meio urbano. Outro ponto que se entrelaça com as dificuldades relativas ao acesso à educação, também frisada pelos produtores do Assentamento Piraputanga, diz respeito à falta de transporte escolar. Tal limitação exige/exigia dos jovens expressivos deslocamentos em busca, principalmente, de oportunidades de estudo.

Isso corrobora para o êxodo dos jovens do assentamento, contribuindo para que esses se estabeleçam em outras localidades, em busca de estudo, destacando-se a formação superior, sobretudo, em áreas não-agrícolas. Situação que se revelou recorrente e justificada pela maioria dos produtores, em virtude (também) das dificuldades encontradas para se produzir e sobreviver no assentamento. Em face da escassez de oportunidades no campo, os jovens acabam se lançando em outras buscas “porteira para fora”.

Godoy *et al.* (2010) elencam fatores que limitam a permanência dos jovens no campo; entre esses, observam-se aspectos que ganham relevo no contexto do assentamento Piraputanga, tais como: empecilhos no acesso à educação formal; a falta de lazer e a dificuldade no que tange a condições para a obtenção de uma renda atrativa.

Os aspectos mencionados pelos autores supracitados contribuem para a quebra do vínculo dos jovens com o meio rural e representam desafio à continuidade das atividades desenvolvidas na propriedade dos pais, tradicionalmente repassadas ao sucessor.

De acordo com Carneiro (2001) e Spanevello e Lago (2007), a transição da propriedade, vinculada à reprodução no âmbito da propriedade rural familiar, ocorre de forma endógena, ou seja, um dos membros da família acaba sendo o sucessor da unidade produtiva. Brumer *et al.* (2005) relacionam a continuidade da agricultura familiar com a disposição dos jovens em suceder seus pais.

No caso do Assentamento Piraputanga, em particular, é importante observar que os descendentes não têm demonstrado, de forma explícita, interesse no estabelecimento familiar, com o intuito de ocupar e explorar a terra para o seu sustento. Silva (2013) discorre sobre algumas das incertezas presentes entre os agricultores do Assentamento e sugere que a dificuldade desses sujeitos em realizar projeções em logo prazo, talvez, possa estar relacionada com a idade avançada de parte dos produtores ou mesmo com a questão da permanência dos jovens na terra; aspectos esses que os resultados do presente estudo também sugerem.

Uma abordagem pautada, também, na relação entre a presença de jovens no meio rural com o tamanho da propriedade é descrita por Sacco dos Anjos e Caldas (2005). Esses pesquisadores narram que localidades rurais, as quais apresentam uma concentração populacional relativamente pequena (situação que pode ser observada no assentamento aqui estudado), podem apresentar maior susceptibilidade à desertificação econômica, cultural e social.

A escassez de jovens no Assentamento se reflete na redução da força de trabalho na esfera dos lotes, que é notada em aspectos socioeconômicos e principalmente produtivos do assentamento. Isso se expressa (ao menos em partes) na limitação produtiva de gêneros destinados (também) à comercialização. Em apenas dois lotes, foi possível observar que as famílias estavam efetivamente produzindo algum produto que se destina à comercialização, ainda assim, de forma sazonal.

Apesar dos aspectos aqui destacados, segundo os moradores, o Assentamento Piraputanga se trata de um lugar bom para se viver e, talvez, essa qualidade de vida que o assentamento oferece possa representar um atrativo para os filhos retornarem algum dia, mesmo que o intuito primordial não se relacione diretamente com o cultivo da terra, mas considerando-se a perspectiva de fazer do campo sua moradia (sobretudo).

Os filhos e netos dos produtores/idosos, em sua maioria, mesmo residindo em outros locais, sempre buscam retornar ao assentamento, em feriados prolongados, férias escolares e em datas comemorativas, a fim de se reunirem com familiares e amigos para confraternizar e lembrar suas origens e a infância vivida no local. O vínculo mantido com o assentamento, neste caso, perpassa interesses alicerçados em aspectos de produção/cultivo da terra e faz ressaltar a importante condição de espaço de sociabilidade, que configura esse projeto de reforma agrária.

A análise de elementos pertinentes à questão da juventude rural, no Assentamento Piraputanga, faz ressaltar a relevância de políticas públicas, que viabilizem a permanência dos jovens no campo e a necessidade de se conceber os projetos de reforma agrária, de modo coerente (também) com as perspectivas e necessidades desse segmento, considerando-se, dentre outras questões, a sua importância para a reprodução socioeconômica desses espaços e da própria agricultura familiar. Diante do contexto visualizado no Assentamento Piraputanga, opta-se aqui por fazer mais uma referência ao trabalho de Godoy *et al.* (2010), compartilhando-se da ideia de que,

É através da revitalização dos espaços rurais e a valorização do espaço rural é que estimularemos a permanência dos jovens, não somente para os jovens, mas também para os adultos e idosos que residem no meio rural. Assim sendo, novas estratégias de atividades, políticas públicas, lazer, infra-estrutura, entre outros fatores podem propiciar a reprodução da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. (GODOY, 2010, p. 13).

O papel da previdência social rural (psr), para os moradores do assentamento piraputanga (diamantino-mt)

Delgado e Cardoso (1999) reforçam a pertinência do recurso oriundo da previdência rural para o importante incremento da renda das famílias rurais. Na visão de tais autores, o “grau de cobertura do sistema sobre o conjunto dos domicílios rurais elevaram substancialmente a participação da renda previdenciária na renda familiar rural” (DELGADO; CARDOSO, 1999, p. 225).

Ao analisar os dados da Tabela 4, nota-se o predomínio de situações, nas quais o casal de produtores é beneficiário da Previdência Social Rural, aspecto que contribui para ilustrar a expressividade dos recursos decorrentes de tal política, no contexto socioeconômico do Assentamento. Ainda com base na tabela mencionada, é possível observar a importância do benefício da aposentadoria rural para as famílias do Assentamento Piraputanga, principalmente, no que concerne à autonomia e à independência financeira do público pesquisado.

Dentre os sete casos analisados, verificou-se que, na maioria (quatro), os idosos aposentados se valem unicamente do benefício como fonte de renda, tanto para adquirir bens de consumo diversos, como bens básicos (principalmente alimentos e remédios). Salienta-se que mesmo nas situações, em que os produtores conseguem obter alguma renda agrícola, essa se mostra esporádica e incerta, além do fato desse retorno econômico ser inferior ao valor do benefício em questão.

Quando indagados sobre a importância do benefício previdenciário, o principal aspecto destacado pelos produtores diz respeito à relevância dessa política pública, como o principal fator para a viabilização de sua permanência

Andrade et al.

no assentamento. As falas predominantes dentre os participantes da pesquisa sugerem que o acesso à aposentadoria rural apresenta-se como uma estratégia de grande importância para a permanência dessas pessoas no meio rural e no assentamento.

Tabela 3 - O Papel da Previdência Social Rural para os produtores familiares do Assentamento Piraputanga, Diamantino-MT.

FAMÍLIAS	Nº DE APOSENTADOS	DEPENDEM APENAS DA PSR (%)	ADQUIRIU BENS MATERIAIS COM O BENEFÍCIO	DA MAIOR AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA
FAMÍLIA 01	02	NÃO	SIM	SIM
FAMÍLIA 02	02	SIM	SIM	SIM
FAMÍLIA 03	02	SIM	SIM	SIM
FAMÍLIA 04	02	NÃO	SIM	SIM
FAMÍLIA 05	02	SIM	SIM	SIM
FAMÍLIA 06	01	NÃO	SIM	SIM
FAMÍLIA 07	02	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Resultados oriundos da pesquisa de campo se relacionam com observações realizadas por Godoy *et al.* (2010), em estudo desenvolvido no município de Santa Rosa/RS. Os autores verificaram indícios importantes de que os benefícios da aposentadoria contribuem de forma expressiva, no que diz respeito à manutenção do segmento da agricultura familiar, com reflexos importantes no que tange à vida das famílias e à economia local.

A renda não-agrícola, propiciada pela aposentadoria, nas pequenas propriedades rurais, destaca-se como um importante componente na conjuntura financeira familiar, ao viabilizar um relativo conforto econômico por parte das famílias e, em muitos casos, contribuir para a sua reprodução socioeconômica; atrelado a isso, acrescenta-se que muitos idosos encontram no benefício, o meio de assegurar a sua permanência na terra (quando sua força de trabalho já se mostra limitada). Esses aspectos ficaram evidentes no Assentamento Piraputanga e encontram respaldo em outros estudos (SCHWARZER; QUERINO, 2002; DELGADO, 2015; SOUZA, 2017; SOUTO *et al.*, 2018).

A grande maioria dos filhos dos produtores do Assentamento já migrou para espaços urbanos e, na suposição do não acesso ao benefício, os idosos, de forma predominante, narram que estariam fadados a fazer o mesmo, por não haver outro meio de se manterem por conta própria nos respectivos lotes e passariam a depender diretamente de recursos dos filhos. As falas do público participante

da pesquisa, nesse sentido, realçam (ainda mais) o papel da aposentadoria rural na independência financeira e na autonomia dos idosos.

Em estudo semelhante que, em partes, busca analisar a importância da Previdência Social Rural (PSR), atrelada à questão do consumo e da autonomia dos idosos, Bitencourt e Dalto (2016) descreveram que os indivíduos, os quais dependem exclusivamente da PSR, restringem o benefício à aquisição de bens básicos, principalmente, alimentos. A aposentadoria também se volta para o pagamento de contas básicas (gás, água e energia elétrica), garantindo o acesso a serviços que se revelam essenciais para o alcance de um nível satisfatório em termos de qualidade de vida. Verifica-se, portanto, a relevância da PSR para manutenção das famílias, como, também, observa Souza (2017), em seu estudo desenvolvido no Rio Grande do Norte (RN); os resultados obtidos pelo pesquisador lançam luz, ainda, para a importância da política pública em questão, no que se refere à diminuição da pobreza e à melhoria no contexto de vida das famílias do semiárido.

No Assentamento Piraputanga, o benefício se mostra primordial para que a grande maioria dos idosos tenha condições de viver com algum conforto e possam seguir honrando seus compromissos, sem que tenham de depender de terceiros para sobreviver. Os resultados observados no presente trabalho convergem para tais aspectos e corroboram os resultados obtidos por Valandro *et. al* (2011); os autores, na ocasião, constataram que as transferências sociais (representadas também pelas aposentadorias) se revelam muito importantes para as propriedades rurais familiares.

Nota-se que a relevância da aposentadoria rural, em muitas situações, está associada à própria questão do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos que compõem o espaço rural, conforme sugere o contexto observado no Assentamento Piraputanga.

Considerações finais

Reconhecer os aspectos (principais) que caracterizam os assentamentos rurais e seus sujeitos consiste em uma das vias para o entendimento das transformações que estão ocorrendo no espaço rural, permitindo contribuições para a definição de possíveis linhas de ação, as quais possam se traduzir em novas políticas públicas (ou aperfeiçoamento das já existentes), que pretendam fortalecer o potencial produtivo, social e cultural dos espaços de reforma agrária.

A questão da sucessão familiar no Assentamento Piraputanga constitui um dos principais desafios, no que tange à reprodução social e econômica nesse espaço, haja vista a ausência de jovens, que migraram para outras localidades em busca de oportunidades de trabalho e estudo não ofertadas no Assentamento. O jovem, muitas vezes, não deseja (ou não tem condições de) permanecer no campo em face de tais dificuldades.

A redução da força de trabalho familiar, atrelada ao envelhecimento dos produtores e à evasão dos jovens, tem contribuído para a estagnação da produção e das estratégias econômicas no Assentamento.

Os desafios observados reforçam a necessidade de processos que pretendam a revitalização do meio rural, com reflexos na esfera familiar, por meio, principalmente, da promoção de espaços que permitam o acesso a uma educação de qualidade, juntamente com a criação de oportunidades que possibilitem ampliar as perspectivas de geração de renda para os jovens, tornando o campo mais atrativo (e viável) para esse público. As estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar nos espaços de reforma agrária precisam atender-se para as demandas específicas da juventude rural; as situações analisadas neste estudo reforçam a importância disto para assegurar a própria reprodução social nos assentamentos rurais, favorecendo a resistência desses espaços ao longo do tempo.

Em relação aos aspectos concernentes ao papel da Previdência Social Rural, considerando-se o benefício da aposentadoria concedido aos idosos do assentamento, ficou evidente a sua relevância para a autonomia e independência desse público, o qual se mostra predominante no espaço estudado. O acesso a tal benefício configura-se como uma estratégia de reprodução e sobrevivência, que contribui, de forma expressiva, para a viabilização da permanência da grande maioria das famílias participantes do estudo, no assentamento analisado.

Durante a realização da pesquisa de campo, ficou evidente o assédio econômico ao qual famílias agricultoras da região estão expostas, uma vez encurraladas pela grande produção; uma das repercussões mais marcantes nesse contexto refere-se ao arrendamento parcial de terras pertencentes a unidades de produção familiares. O conjunto de questões observado no presente estudo reforça a importância de novas análises que se voltem para os efeitos desse assédio na conjunta da agricultura familiar local, com destaque para os projetos de reforma agrária. Diante das particularidades do Assentamento Piraputanga, ressalta-se aqui a relevância de novas pesquisas que permitam, ainda, analisar as repercussões da pandemia de Covid-19, no âmbito das estratégias de reprodução socioeconômica das famílias que compõem esse espaço.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In.: TEDESCO, J. C. (org) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, 1999.

ANTUNES JUNIOR, W. F. *et al.* Terra, trabalho e família: estratégias de reprodução

social no Assentamento Rural Araras III. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 9-28, mar. 2021. ISSN 2675-7710. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7018>. Acesso em: 02 fev. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v14i2.7018>.

BITENCOURT, R. O. M.; DALTO, F. A. S. A internalização da Previdência Social Rural na autonomia e no consumo dos idosos: um estudo de caso. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, 2016.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv, Manizales**, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2019000200262&lng=en&nr=iso. Acesso: 02 Fev. 2022. <https://doi.org/10.11600/1692715x.17212>.

BRUMER, A.; PANDOLFO, C. G.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência, poder. Florianópolis, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.996, de 24 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF de que trata a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, para as operações contratadas sob a égide do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 2006. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 08 de set. de 2019.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. p. 22-55.

CASTRO, A. M. G. DE; LIMA, S. M. V.; SARMENTO, E. P. DE M.; VIEIRA, L. F. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 429-442, 2015.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. **O idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência Recente da Universalização**. Brasília: IPEA – Texto para Discussão,

Andrade et al.

1999. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td_0688.pdf. Acesso em: fev. 2002.

DELGADO, G.C.; CARDOSO JUNIOR, J.C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (org.) Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFGRS, p. 225-250, 2001.

GALIZA, M.; VALADARES, A. **Previdência rural**: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Nota Técnica, 25. Brasília: IPEA, 2016.

GODOY, C. M. T.; PÉREZ, F. I. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; GUEDES, A. C.; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Campo Grande-MS: SOBER, p. 1-18, 2010.

GUALDA, N. L. P. Agricultura familiar versus modelo agro-exportador: o falso dilema da não coexistência. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER. 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Amazônia, mudanças globais e agronegócios: O desenvolvimento em questão. 2009. p. 1-15.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades e Estados: Diamantino**. Rio de Janeiro: IBGE, 20 Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 04 de dez. de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 11 de dez. de 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**, 2019. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17. ed.

Campinas, 2012. p. 97.

PUNTEL, J. A., PAIVA, C. A. N., RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPEA47Code 2011, **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos 2011**. p. 1-19.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: **Atlas**, 1999.

SACHS, I. Silicon valley, as razões do sucesso. **O Estado de S. Paulo**, Caderno de economia, 2001.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para as políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, 2014. p. 227-263.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 4, n. 1, 2010. p. 85-131.

SCHWARZER, H.; QUERINO, A. C. **Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da Seguridade Social brasileira**. Brasília: IPEA, 2002 (Texto para discussão). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4173. Acesso em: 23 abril de 2021.

SILVA, A. C. P. **Na cartilha de Romana e Euzébio: as escolhas da comunidade rural Peraputanga**. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Cultura Contemporânea) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso PPG ECCO/UFMT, Cuiabá, 2013.

SOUZA, R.C. Efeitos da Previdência Social Rural na agricultura familiar do semiárido: Um estudo da Microrregião Serra de São Miguel – RN. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador-BA, v. 1, n. 36, p. 114 – 140, 2017.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. CD ROM.

SOUTO, G.D.N; BECKER, C.; TROIAN, A. Efeitos da previdência social rural em um assentamento da reforma agrária: estudo de caso em Santana do Livramento/RS. **Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 4, n. 6,p.

Andrade et al.

2876-2897, out./dez.2018.

VALANDRO, K.; PERONDI, A. M.; KIYOTA N.; VILLWOCK S. P. A.; SIMONETTI. O impacto das estratégias de diversificação na renda dos agricultores: um estudo numa comunidade rural. **Synergismus scyentifica** UTFPR, Pato Branco, v. 6, n.1, p. 1-9, 2011.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

VIEIRA, F. R; LEE, F. Valoração dos quintais rurais dos agricultores familiares de Itapuranga-GO. *In: Anais [...].* [S.l]: SOBER, CONGRESSO SOBER, 47., 2009, [s.l]. 2008, p. 1-18.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: TEDESCO, J.C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.